

‘ESTE É O PIOR MOMENTO PARA O GOVERNO, SEM DÚVIDA’

Conhecido entre colegas como “o parlamentar dos gastos públicos”, por apresentar matérias que elevam as despesas da área social, o senador Paulo Paim (PT-RS) se insurge agora contra o pacote de ajuste fiscal encaminhado pelo governo federal. Dizendo-se constrangido, afirma não ter condições de votar a favor da proposta que contraria tudo o que sempre pregou e pelo que lutou. Em sua cruzada, Paim conta com o aval do ex-presidente Lula. “Não está escrito no estatuto do PT que você não pode votar contra o governo”, teria dito Lula ao senador em encontro recente. Paim condiciona a sua permanência no partido que ajudou a fundar a alterações no ajuste, batizado por ele de “arrocho social”. No seu entender, o programa conduzido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pune as classes desfavorecidas, apoiadoras do projeto político que hoje está no poder, para privilegiar os mais ricos. “O momento pede para chamar à responsabilidade os brasileiros do andar de baixo, mas também as do andar de cima”, apela o senador, que defende a taxação das grandes fortunas e a punição dos maiores devedores da Previdência.

queles que defendem e querem que a gente construa uma sociedade melhor para todos. Se conseguirmos negociar as MPs e sair deste momento de confronto em que entramos entre governo e setores mais progressistas da sociedade, acho que dá para dar a volta por cima e continuar numa linha de crescimento, maturidade e responsabilidade com o momento da história.

As recentes manifestações refletem este momento?

Sim. E isso deve ser pensado por todos nós. Não dá para desconhecer que houve o dia 15 de março. Não dá para negar que naquele 15 de março quase dois milhões de pessoas foram às ruas. Não enxergar isso é um erro tático, estratégico e histórico, de desconhecimento da história da humanidade. Dizem que a maioria pertencia à classe média. Mas a história da humanidade mostra que a classe média influencia as classes de baixo. Seremos irresponsáveis se não soubermos avaliar este momento e mudar o rumo dessa história que está sendo construída, antes que essas classes todas rebel-

des, que estão ficando inquietas, venham para a rua.

Se olharmos para a história recente do Brasil, estamos na pior situação?

Este é o pior momento, sem dúvida. Depois da era Collor, é o pior momento. Nunca vimos nas ruas tantos milhões de pessoas. O dia 15 de março me fez lembrar as Diretas Já. É uma situação complicada, que nos deixa a todos com uma certa fragilidade. Mas sempre cientes de que a democracia tem que ser fortalecida.

O sr. se sentiu traído em sua causa, com a edição das MPs?

Vou repetir o que eu disse para o Lula: eu moro, em Canoas, num bairro de classe média. Mas moro do lado do Conjunto Habitacional Guajuviras. Quando Dilma ganhou as eleições, não foi o meu bairro que foi pra rua comemorar, foi Guajuviras o bairro pobre que eu ajudei a ocupar na década de 80, quando já era deputado. Foi essa gente humilde que festejou a vitória de Dilma. Agora, quando eu vou às comu-

nidades ou à porta das fábricas, me perguntam o que aconteceu. As pessoas se sentem enganadas. Esse povo para quem eu dediquei toda a minha vida está se sentindo enganado.

O governo argumenta que está corrigindo distorções.

Mas corrigem distorções só no andar de baixo? Por que não trabalham também com o andar de cima? Poderiam debater a taxação das grandes fortunas ou das grandes heranças. Poderiam fazer a reforma tributária. Todo mundo sabe que quem paga imposto neste país é o pobre. O governo precisaria enfrentar o debate da corrupção na arrecadação da Previdência e do FGTS. Quem faz o desvio de conduta ali não é o pobre, porque este faz o desconto na folha de pagamento. Os grandes devedores da Previdência não são os mais pobres. Os poderosos deste país devem, e devem muito para a Previdência. O governo poderia cobrar deles. Por que não aumenta o número de fiscais do Trabalho, da Receita e da Previdência? Nós multiplicamos para mais de 200% o número de empresas. Nós dobramos o número de trabalhadores no mercado formal, saímos de 20 milhões e passamos para 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada. Diminuímos pela metade o que tínhamos naquele período.

Com a popularidade tão baixa, o sr. acredita que governo tenha poder político para tentar aprovar essa proposta, que vai contra poderosas forças políticas?

O ajuste pede para chamar à responsabilidade os brasileiros do andar de baixo, mas devia chamar também as do andar de cima. É preciso chamar as grandes forças políticas para um diálogo sobre esses temas. Elas não vão concordar com uns pontos, mas podem concordar com outros. Enquanto o mundo estava em crise, nós aqui estávamos em pleno emprego e praticamente todo mundo estava ganhando bem, tanto empregado quanto empregador. Agora, a coisa apertou para todo mundo. Ninguém quer quebrar o país, nem o empresariado nem o trabalhador. É preciso realizar uma grande concertação, um grande pacto para o país sair desta situação. Mas ninguém quer pagar a conta sozinho. É esta situação que está levando à indignação que vemos nas ruas.

Entre as 47 emendas que o sr. fez às MPs, está o fim do fator

previdenciário, usado no cálculo da aposentadoria proporcional. O sr. acha que cabe discutir o tema agora?

O fator previdenciário já fez toda a maldade que poderia fazer. Hoje ele depõe contra o trabalhador e contra o governo. Por isso acho que este é, sim, o momento apropriado. Hoje, alguém que está na fábrica ganhando R\$ 10 mil, se aposenta pelo fator e continua trabalhando na fábrica. Passa a ganhar R\$ 13 mil. Mais na frente, entra com o instituto da desaposentação e vai se aposentar com o salário integral da Previdência. A tal de hipótese de que o fator inibe a aposentadoria precoce é bobagem. Qualquer técnico vê isso.

Que fórmula o sr. defende?

A fórmula 85/75 que já existe para o servidor. A mulher se aposentaria com 55 anos de idade e 30 de contribuição. O homem com 60 de idade e 35 de contribuição. Estaríamos entrando na idade mínima. Hoje as pessoas se aposentam com 50 anos. O governo tem que enfrentar esse tema. Chamar os especialistas para conversar. Não se trata de novidade, porque já existe para o servidor público. Só vai estender para o Regime Geral da Previdência.